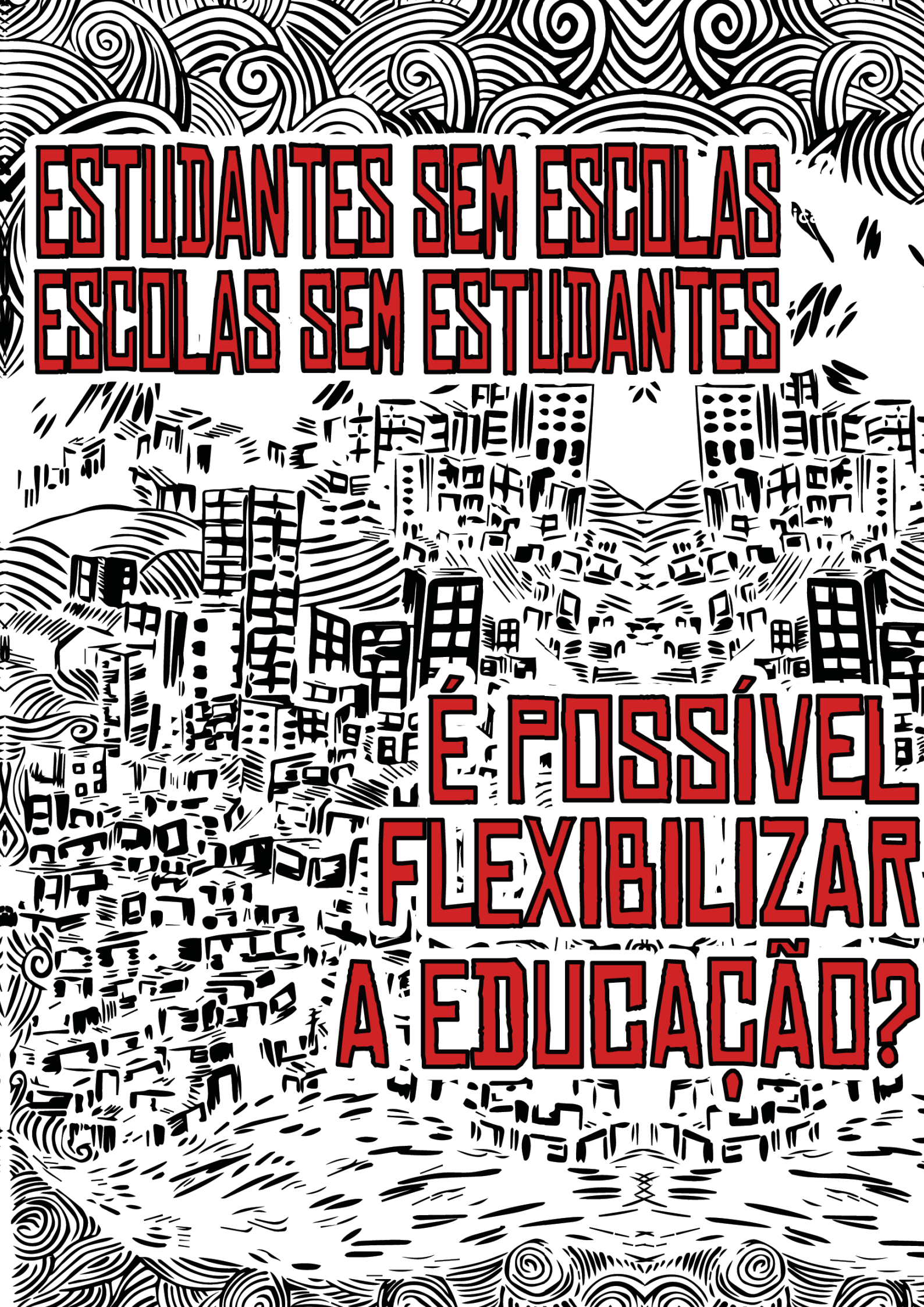
ESTUDANTES SEM ESCOLAS
ESCOLAS SEM ESTUDANTES



É POSSÍVEL FLEXIBILIZAR A EDUCAÇÃO?

ESTUDANTES SEM ESCOLAS
ESCOLAS SEM ESTUDANTES

É POSSÍVEL FLEXIBILIZAR A EDUCAÇÃO?

GTPFS | Grupo de Trabalho em Política e Formação Sindical
Aldi Nestor
Alair Silveira
Gerdine Sanson
Marluce Souza e Silva
Maria Luzinete Alves Vanzeler
Raquel de Brito

Colaboração
Maelison Neves

Ilustração/Diagramação
Edzar Allen de Miranda Santos

Imagens
Pinte e Lute: Facebook @pintelute
Armandinho: Facebook @tirasarmandinho
Internet

ADUFMAT-S.SIND.
Gestão 2019-2021: LUTO PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA!
Diretor Geral: Aldi Nestor de Souza
Diretora Geral Adjunta: Quélen de Lima Barcelos
Diretor Secretário: Elvis Lira da Silva
2º Diretor Secretário: Maelison da Silva Neves
Diretor Tesoureiro: Djeison Benetti
2ª Diretora Tesoureira: Liliane Capilé Charbel Novais
Diretora de Assuntos de Aposentadoria: Maria Luzinete Alves Vanzeler
Diretora de Imprensa: Lélica Elis P. de Lacerda
Diretor de Assuntos Sócio-Culturais: Armando Wilson Tafner Junior

Maio | 2020
Mato Grosso | Brasil

O QUE É EDUCAÇÃO?

A Educação é um processo histórico, através do qual a humanidade promove sua autoconstrução (FÉTIZON; MINTO, 2007). É por meio dela que nos humanizamos, entramos em contato com o acúmulo da cultura humana e, criativamente, construímos coletivamente nossa própria história. No âmbito da escola e da universidade, educar não é apenas transmitir conteúdos técnico-científicos constantes no currículo oficial, para além disso, é um processo interativo que permite aos sujeitos compartilharem sentidos sobre o mundo, a vida social e a relação com o outro. O processo de ensino-aprendizagem é fundamentalmente uma relação humana: seja ela presencial ou mediada por instrumentos tecnológicos. Nesse caso, necessita do engajamento de quem ensina e de quem aprende (obviamente, esses papéis são intercambiados entre docente e discente). Esse engajamento envolve a utilização dos recursos físicos, fisiológicos, cognitivos, emocionais. Por isso, educar não se restringe a ensinar. No âmbito da sociabilidade brasileira, herdeira do pacto colonial racista e patriarcal, perdurou um modelo educacional bifurcado: o acesso ao conhecimento e desenvolvimento das habilidades intelectuais e artísticas, por meio de uma longa formação escolar e universitária, restrito aos herdeiros da classe dominante; para os/as filhos/as da classe trabalhadora, predominantemente negra, restou uma educação focada na formação/qualificação de mão de obra para atender as demandas do mercado capitalista. Por meio da luta dos movimentos sociais, foi possível reformular a composição da comunidade universitária, com o acesso de negros/negras, indígenas, quilombolas e outros sujeitos que sempre foram alijados do lugar de estudo e de ensino universitário. E, até hoje, lutam por sua permanência, enfrentando restrições às políticas de assistência estudantil e reduções de bolsas de mestrado e doutorado. Consequentemente, educação democrática não se limita a ensinar o que é democracia, mas a exercita cotidianamente. E, educar democraticamente

se faz através do respeito ao contraditório, à diversidade e à heterogeneidade. Assim, Educação não combina com improviso nem tampouco se norteia pela métrica do produtivismo, que se alimenta de números. Educação exige espaços de vivência social e é desses espaços coletivos que emergem sujeitos capazes de criar novas utopias que, como dizia Florestan Fernandes, atuam como "antecipações criadoras" ou, como observou Weber, alcançam o possível porque não desistem de tentar o que parece impossível.

COM QUEM É O COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E A QUEM ELA DEVE PRESTAR CONTAS?

Artigo 205 da Constituição Federal/1988 assegura a Educação como direito de todos/todas e dever do Estado, com a colaboração da sociedade, e que tem como objetivo o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), no artigo 1º reconhece a Educação como expressão dos "processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". À Universidade Pública cabe não apenas observar ambas as legislações, mas, colocar-se de maneira intransigente em defesa do direito universal à Educação e à formação socialmente referenciada. À Universidade Pública cabe não somente reiterar, discursivamente, seu compromisso social, mas agir em acordo com ele. Dentre as alegações para flexibilização curricular, no atual contexto de saúde pública, pesam argumentos como: a universidade não pode parar, precisa cumprir seu papel social e prestar contas de seu trabalho à sociedade. De forma geral, temos acordo com os princípios presentes nesse discurso. Porém, cabe detalhar: qual o papel da universidade nesses tempos extraordinários? Qual o sentido e direção de sua atividade? Reconhecer que a sociedade não é homogênea e que essa heterogeneidade se reflete em antagonismos de diversos matizes

(materiais, teóricos, culturais, sociais e políticos) caracteriza a Universidade em espaço democrático do contraditório. Isso, entretanto, não significa que o contraditório pode descaracterizar a Universidade, transformando-a em um conglomerado de unidades atomizadas, autossuficientes, geridas por éticas particulares. A Universidade é uma unidade universalizada, orientada por uma ética societária. Por isso ela não pode ser "despedaçada" por múltiplas perspectivas e éticas, pois suas unidades compõem o todo, mas o todo não é constituído pela mera soma das partes. Consequentemente, sob nenhum argumento é possível flexibilizar a ética e o direito universal à educação. Que universidade eticamente comprometida com direitos universais pode naturalizar a desigualdade social e, assim, deixar estudantes pelo caminho, como se fossem descartáveis?

O QUE É UMA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA PÚBLICA DE QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA?

Os valores antagônicos presentes nos diversos projetos que disputam a sociedade e a universidade, tão cristalinos nas disputas de rumos e políticas frente à pandemia da Covid-19, também se expressam nas definições de qualidade do processo formativo na educação superior. Aos que advogam o atrelamento da formação aos interesses do mercado, a referência de qualidade se expressa no

desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao atendimento desses interesses; o pensamento crítico para compreensão e enfrentamento das desigualdades sociais é expulso de um currículo que se propõe neutro, meramente técnico e competitivo. De nossa perspectiva, a qualidade técnico-científica está vinculada a um projeto de formação humana integral, com igualdade de condições de acesso e permanência, com a construção de espaços democráticos que permitam a interação humana, a divergência, a pluralidade de ideias e a capacidade de compreender criticamente a sociedade. Uma aula de qualidade pode utilizar TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) como instrumentos de mediação, mas não existe forma de garanti-la apenas pelo uso bem feito desses recursos. Ela depende da combinação de dois elementos: domínio teórico/científico e engajamento estudantil. Por isso, inclusive, nenhuma aula é igual à outra, embora professor e conteúdo possam sê-lo. O professor não pode ter um papel secundário, conteudista nem o estudante ser empurrado para um autodidatismo sem que lhe sejam dados os espaços coletivos de interação física e humana para ampliar suas percepções e apreensão dos conceitos envolvidos em sua formação. Os princípios defendidos acima não estão presentes nos modelos hegemônicos de Educação a Distância que orientam as portarias do Ministério da Educação e servem de embasamento à proposta de flexibilização curricular da UFMT.

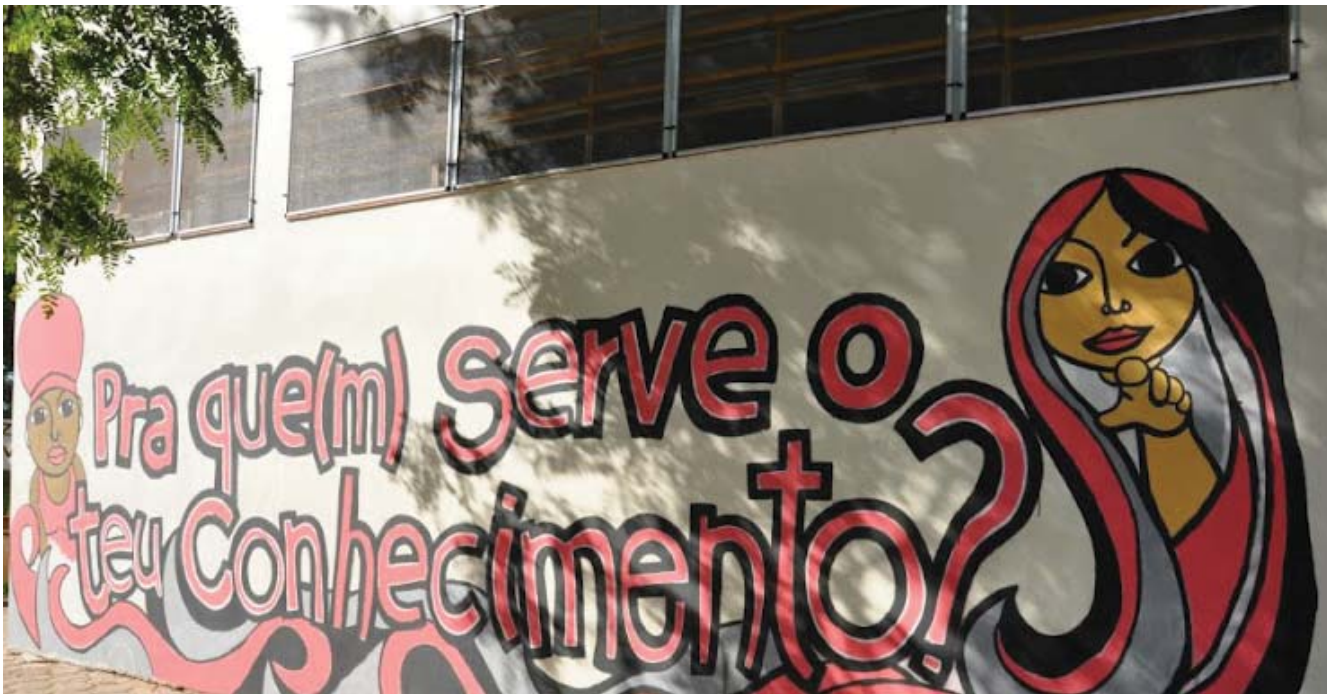
Imagem: Pinte e Lute - página no Facebook: @pinteluta

SE EDUCAÇÃO ENVOLVE MUITO MAIS QUE O ENSINO, POR QUE SERÁ QUE O ENSINO À DISTÂNCIA [EAD], NO BRASIL, TEM SIDO UTILIZADO, ESPECIALMENTE, NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAS?

Nos anos de chumbo, disciplinas como Sociologia e Filosofia foram substituídas por "Educação Moral e Cívica" e "Organização Social e Política Brasileira" (OSPB), de maneira a adequar os conteúdos aos interesses civil-militares, assim como suprir qualquer perspectiva crítica. Afinal, saberes e vivências precisavam ser ajustadas e comprimidas dentro dos referencias da ordem, da moral e do progresso econômico, mesmo que a custa do retrocesso social. Suprimiu-se, assim, a Educação como processo humano-histórico. Para silenciar jovens (e professores/as) rebeldes, a moral cívica – e asséptica - da família e dos quartéis. E, principalmente, com foco na formação técnica, em detrimento da formação humana e cidadã. Mas, o que isso tem a ver com o EaD? Sob o argumento da expansão do acesso aos excluídos da Escola, a alternativa para incluí-los restringiu-se ao acesso precarizado ao Ensino. Dessa maneira, priva-se o acesso à Educação ao invés do combate intransigente às raízes da exclusão social. Tais instrumentos paliativos se revertem em números, relevantes para governos brasileiros apresentarem como "investimentos" em Educação, através do aumento dos índices de escolaridade. E quais as áreas preferenciais para o EaD? Novamente as áreas Humanas e Sociais (tratadas como periféricas, porém sempre atacadas em primeiro lugar), justamente porque têm por objeto a vida social e as relações de poder que a envolve. Consequentemente, temem-se profissionais mal-formados em áreas técnicas, mas se naturaliza a precarização

da formação de profissionais das áreas humanas e sociais. Despreza-se o fato desses professores/as serem formadores de todas as profissões? De quantas gerações comprometidas precisaremos para interromper este processo?

QUAL O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E DO CONHECIMENTO?



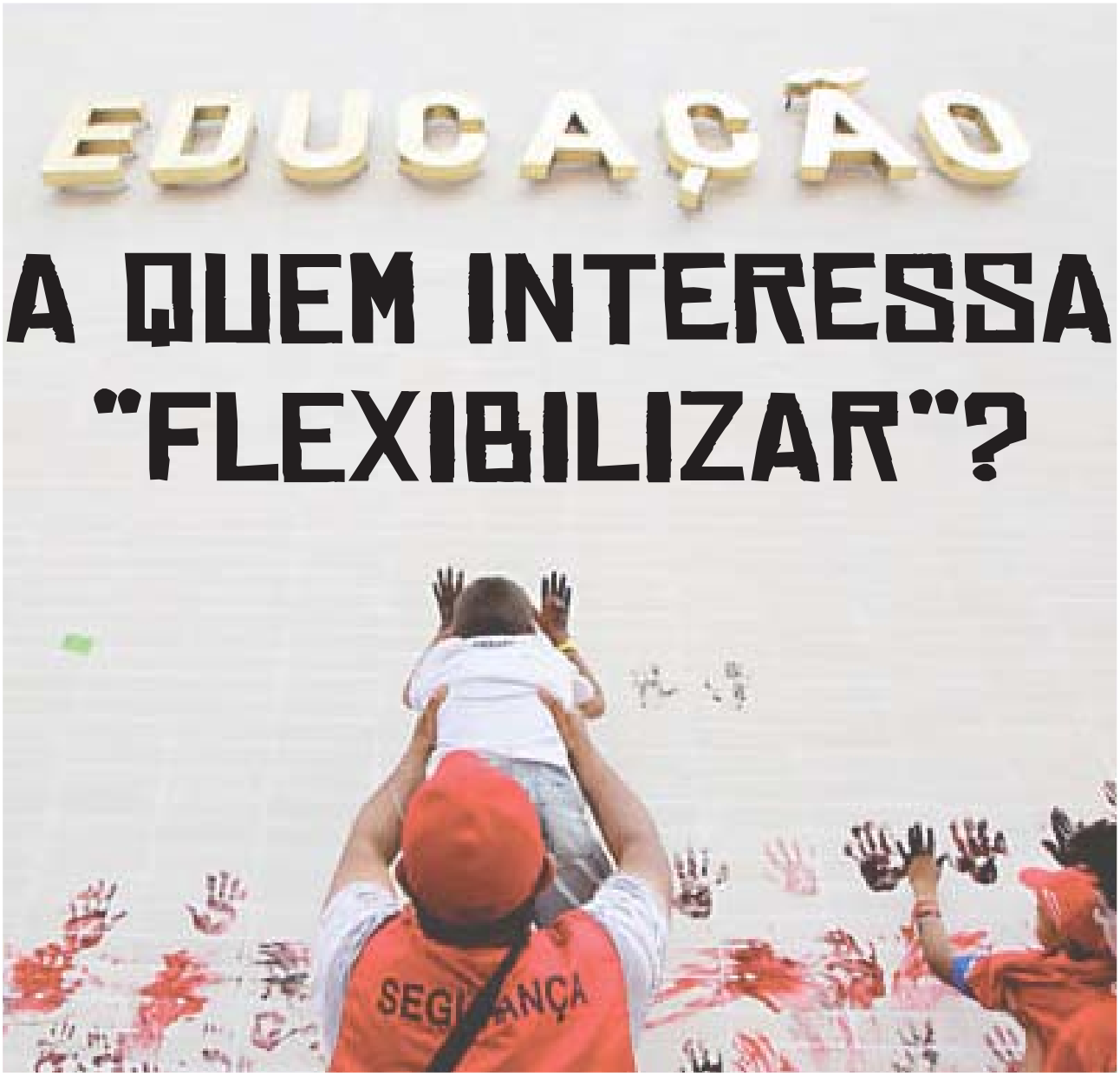
A Universidade é constituída pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, que pressupõe universalidade, mas, também, unidade. A pandemia e sua tragédia cotidiana tem oportunizado demonstrar, em plena onda negacionista contra a ciência, que é de estudiosos e pesquisadores, de todas as áreas de conhecimento, que as alternativas surgirão. Assim como, é daqueles dedicados à produção de conhecimento técnico e social que sairão as vacinas, os medicamentos, o conhecimento sobre os impactos sociais, psicológicos e políticos sobre indivíduos e famílias ante a devastação da pandemia. Mas, o conhecimento técnico não reflete ou é produzido no vazio histórico, portanto, descabido é pensar a sua fragmentação entre teoria e prática, podendo a primeira ser ministrada remotamente, através de TIC's, e a segunda presencialmente. Mais uma vez, a departamentalização e hierarquização do conhecimento sob a lógica do produtivismo. Como bem sintetizou Nísia Trindade de Lima (2020), Presidente da FIOCRUZ, "a "ciência só pode existir com liberdade e ética".

POR QUE A PROPOSTA DE "FLEXIBILIZAÇÃO" É UM EUFEMISMO?

Objetivamente, no que a "Flexibilização" se distingue do EaD? A análise dos slides produzidos pela PROEG, as diferenças entre ambas residem, fundamentalmente, no número de estudantes, na nomenclatura daquele que faz o acompanhamento do estudante (tutor ou professor) e no planejamento (aquela flexível e contextualizada e o EaD, fixo e antecipado). Além dessas "diferenças", a PROEG anota a Preparação da Disciplina, que no caso do EaD é elaborado por um "design educacional de equipes multidisciplinares conteudistas" (?!) e, no caso da "Flexibilização", a preparação é do autor/editor que, depreende-se, seja o professor. Inexiste nos slides da PROEG qualquer reflexão sobre Educação, tampouco sobre o direito de todos/todas os/as estudantes à Educação. A Minuta de Resolução do CONSEPE reflete o propósito de legalizar o padrão do produtivismo como

simulacro de Educação e de Democracia. Assim, de costas para o princípio da unidade que conforma a Universidade, oportuniza sua fragmentação através da prerrogativa de decisão por unidade, por curso e por professor. Afinal, ao Conselho Superior da Universidade compete pensar política para a Universidade a partir de uma visão de totalidade, eticamente orientada por um compromisso socialmente referenciado. Como a "Flexibilização" pode ser viabilizada sem comprometer todos os pilares que sustentam a Universidade? Como professores/as, que têm por ofício estudar e refletir de maneira aprofundada, podem desconsiderar as implicações acadêmicas, sociais e psicológicas, tratando-as como meros efeitos colaterais?

A QUEM INTERESSA "FLEXIBILIZAR"?



Duas informações são constantes no cotidiano da grande mídia: de um lado, os trágicos dados sobre o desempenho dos/das estudantes brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA); de outro, a reclamação recorrente do empresariado brasileiro quanto à formação da mão-de-obra brasileira. A política educacional brasileira, especialmente a partir do início dos anos 1990, tem aprofundado a precarização da educação de jovens e crianças. Através da aprovação continuada (para impedir a evasão), assim como o afrouxamento dos conteúdos e aligeiramento da formação, o que se reflete na qualidade reclamada pelo mercado. Contraditoriamente, o mesmo empresariado que reclama é aquele que demanda cortes orçamentários progressivos na Educação, assim como, investe na mercantilização da educação, inclusive através do nicho comercial aberto pelo EaD. De acordo com resultados do PISA, em 2018, estudantes brasileiros, na faixa de 15 anos

de idade, apresentaram alto déficit de conhecimento básico em matemática (68,1%), Ciências (55%) e Leitura (50%). Como esses jovens podem apropriar-se dos conteúdos ensinados se não dispõem, minimamente, das ferramentas necessárias para compreender os conteúdos mais densos, interpretar instruções e elaborar textos? Será através da terceirização da atividade docente, que na modalidade EaD atende por "tutoria"? Dois fatos adquirem ainda mais relevância nesse contexto de pandemia pelo COVID-19: de um lado, as orientações do Banco Mundial (BM) e a voracidade dos mercadores da Educação; de outro, a conivência do MEC e a subserviência de alguns professores/as. Em estudo o COLEMARX (2020) apresenta que, de acordo com o BM, é necessário rever os marcos regulatórios do EaD, abrindo mercado para que o ensino remoto de entidades empresariais seja reconhecido como alternativa à instrução presencial. Para isso, BM e UNESCO disponibilizaram dezenas de produtos e serviços de fundações e grupos empresariais. Concomitante, também sugere, entre outras coisas, a flexibilização dos contratos de trabalho dos/das docentes. De acordo com a cartilha do Banco Mundial, o MEC não apenas se esmerou em produzir Portarias adequadas à flexibilização das exigências ao EaD, senão que o fez associado à Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, cuja prova material é demonstrada pelo timbre da Associação nas Portarias emitidas. Todos os movimentos feitos pelo MEC têm sido no sentido de resolver problemas de (sub)financiamento por meio da substituição paulatina de cursos presenciais por EaD, assegurado, a um só tempo, bons negócios para as multinacionais do ensino. A investigação realizada pelo COLEMARX (2020) sobre como esse processo está se consolidando nos estados brasileiros é revelador do poder dessas empresas e dos seus tentáculos sobre as instituições públicas. Desta maneira, os tempos de pandemia (e toda a tragédia que carrega), tem se constituído em "oportunidade" para os mercadores da educação e das demais políticas sociais, com destaque a Política de Saúde atacada desde o início do governo Bolsonaro, com a expulsão de médicos cubanos e a saída da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), com cortes de verbas e aprofundamento de projetos privatistas, pois, como observou a Presidente da FIOCRUZ, "o SUS é uma fortaleza, mas também adoece" (LIMA, 2020). Sem investimentos, definha e morre.

POR QUE NÃO "FLEXIBILIZAR"?

1. DE QUE SOCIEDADE ESTAMOS FALANDO?

Cerca de 38 milhões de analfabetos funcionais, alto déficit de acesso à moradia, água potável e saneamento público, com a segunda maior concentração de renda do mundo. Eis a face perversa da sociedade brasileira. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (2019), no Brasil 1% mais rico concentra 28,3% da renda total e os 10% mais ricos abocanham 41,9%. Além da concentração imoral e indecente de renda, o desemprego alcançou quase 13 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2020 (IBGE) e os subempregados, em 2019, ultrapassaram a casa dos 28 milhões de pessoas. Desemprego, subemprego, informalidade e trabalho intermitente compõem a realidade dos/das trabalhadores/as brasileiros/as, agravada não somente pela pandemia e contração econômica, mas, especialmente pela devastação da Contrarreforma Trabalhista e destruição das políticas de proteção social, associada às iniciativas do governo para autorizar a redução salarial. Diante das políticas do Governo Bolsonaro, que asseguram ganhos ao capital e miséria aos/as trabalhadores/as, cabe observar de perto quem são nossos/as estudantes. Pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em 2019, identificou que 69% das famílias dos/as estudantes da UFMT ganham até 1 salário mínimo e meio. Não bastasse a condição social precária (registre-se que anterior à pandemia e suas consequências sobre salário e emprego), os dados sobre o acesso digital refletem as condições de desigualdade social. Segundo especialistas da área de tecnologia , cerca de 70 milhões de brasileiros/as não têm ou têm acesso precário à internet. Levantamento realizado em 2018 pelo Cetic.br identificou que 25 milhões de pessoas mais pobres somente têm acesso à internet via celular. E mesmo assim, a qualidade do acesso é bastante comprometida. Não bastassem esses dados, há outro a considerar: oito em cada 10 professores/as não se sentem preparados/as para ensinar online, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Península. Diante disso, cabe acrescentar à pergunta por que flexibilizar, as perguntas para quem e por quem?

2. RAZÕES BIOLÓGICAS

Especialistas em saúde, no Brasil e no mundo, são categóricos em afirmar que o COVID-19 é um vírus ainda desconhecido, mas altamente letal e com rápida e poderosa capacidade de contágio. Como alternativa à pandemia, a recomendação tem sido o isolamento social, além de intensiva higienização e uso de equipamentos de proteção. De acordo com levantamento realizado por professores do Departamento de Geografia/UFMT, dos 125 bairros de Cuiabá, 73 já registraram casos da doença, o que representa 60%. Na primeira semana de maio, o número de casos saltou em 30%. Salto ocorrido após a "flexibilização" do isolamento social por parte dos administradores públicos, especialmente por iniciativa do governador Mauro Mendes (DEM/MT). De acordo com dados oficiais, o Brasil registrou até o dia 17/05/2020, 242.313 casos confirmados e o trágico número de 16.192 mortos. Mato Grosso, que até pouco tempo era um dos poucos estados com poucos casos registrados, hoje compõe essa contabilidade macabra com 27 mortos. Diante dessa pandemia (em processo de expansão), que consome vidas e gera medo, ansiedade, dor e luto, quais as razões que justificam a chamada "flexibilização"? Pretendem seus proponentes que, como sintetizou o professor Ricardo Pimentel Méllo (2020), falemos aos/as nossos/as estudantes: "Esqueçam suas dores [...] esqueçam o luto, anestesiem-se com nossas aulas e trabalhos. Fiquem paralisados em suas dores à espera do beijo redentor dos príncipes doutores"?

3. RAZÕES SOCIAIS

Em 2018, estudantes da UFMT, em todos os campi realizaram uma poderosa greve em defesa do Restaurante Universitário acessível aos discentes. Parte significativa desses parcial ou totalmente dependente das políticas de permanência. Naqueles quase 60 dias de greve, os/as estudantes (junto com docentes comprometidos/as com a defesa da Universidade Pública) produziram estudos sobre orçamento e denunciaram práticas suspeitas. No final de 2019, aquelas denúncias encontraram eco no Relatório da Controladoria Geral da União (CGU) que apontava que o Restaurante Novo Sabor, do qual o empresário Alan Mallouf é sócio, teria recebido quase R$ 1 milhão e 900 mil por serviços prestados irregularmente à UFMT. A resistência estudantil mostrou não somente determinação, mas seriedade e compromisso com a Universidade. E, apesar de tentativas por parte da Administração Superior da Universidade e

de alguns/algumas professores/as em (des)qualificar o movimento paredista, como se tais estudantes tivessem por objetivo não estudar, era justamente o compromisso discente com a qualidade de ensino e a defesa da Universidade Pública que os/as movia. E é esse mesmo compromisso que hoje orienta as decisões estudantis para a recusa à "Flexibilização", conforme documento do DCE. Afinal, estudar demanda mais do que disponibilizar conteúdos através de tecnologias (inacessível para parcela expressiva de estudantes, conforme já vimos acima). Estudar exige ambiente adequado para concentração e disciplina, como condições físicas adequadas, silêncio e habilidades para desenvolver os estudos de maneira apropriada. Grande parcela do nosso corpo discente não dispõe nem das tecnologias, nem das condições estruturais e emocionais necessárias em suas moradias. A proposta de "flexibilização" está voltada para o/a nosso/a estudante concreto ou para um estudante idealizado?

4. RAZÕES PSICOSSOCIAIS

Não parece razoável propor o retorno das aulas de forma remota, com a simples justificativa de "salvar" o semestre quando está em jogo salvar vidas. No momento atual, diante do crescente agravamento dos casos, colapso dos sistemas de saúde de muitos estados e uma política eugenista do governo federal, que expõe a população à fome e ao abismo da "normalidade" fatal, nossa prioridade deve ser nos mantermos vivos e ajudar a salvar o máximo de pessoas que pudermos! Como humanos temos o direito de sermos afetados, de nos entristecer e perder o rumo diante do trauma social e luto coletivo, que estamos expostos/as. Nessas condições extraordinárias, muitas vezes comparadas a uma guerra, estar em casa não é a mesma coisa que antes, o cotidiano do isolamento social tem outras urgências e carências (cuidado de idosos/as, cuidado dos/das filhos/as, estresse diante das rápidas mudanças). É certo que a inatividade não nos interessa nem social nem psicologicamente. O estudo pode ser um aliado à promoção de saúde mental, mas não se pode tomar essa afirmação de modo fetichizado. Seu papel para saúde ou adoecimento dependerá das condições em que se realiza e o sentido produzido diante das possibilidades de ativação da capacidade normativa de vida. A solidão, depressão e suicídios já eram parte existencial da comunidade acadêmica e motivo de preocupação. Com a Pandemia, a vulnerabilidade psicológica aumentou. Quais são as condições emocionais para essas "aventuras"? Bastará propor aos sujeitos afetados o recurso da desistência sem ônus? A objeção de que o oferecimento da disciplina

não será obrigatório à/ao docente nem à/ao discente ignora o fato de que a Universidade deveria convocar sua comunidade acadêmica (aqueles/as que avaliem estarem em condições) a investir suas energias e esforços na produção de conhecimento e ações de enfrentamento à pandemia. Tal tarefa, fundamental para realização do papel da Universidade Pública, exige todo engajamento e unidade da comunidade universitária, resguardada as limitações de casos específicos, sendo esse o caminho promissor para que os encontros promovam a saúde mental, porque dotados de sentido e coerentes com as urgências que necessitamos enfrentar. O currículo do estar junto, do vínculo mediado pelas trocas de saberes e experiências se ressignifica no período de isolamento social, sendo incompatível com a ideia de componentes curriculares de ensino vigentes anteriormente.

5. RAZÕES ESTRUTURAIS

Há 30 anos consecutivos o patrimônio público vem sendo dilapidado, sucateado, inviabilizado, como forma de justificar o discurso de "satanização" do Estado e, assim, garantir mercado para a iniciativa privada. Todos os governos, de 1990 até hoje, em maior ou menor grau, dedicaram-se a destruição do serviço público, seja através da privatização direta, seja através da indireta, como PPPs (Parceria Público Privada), Fundações e Organizações Sociais (OS). E se ainda temos Saúde e Educação Pública é porque seus servidores/as e parte de seus usuários/as resistiram contra sua privatização. A Universidade Pública que produz ciência e faz pesquisas, e o SUS, que hoje é o grande instrumento que salva vidas (nesse país dominado por corporações privadas que mercantilizam a vida através de planos de saúde), são as demonstrações incontestáveis da superioridade das instituições públicas e do seu compromisso socialmente referenciado. Mas, esses 30 anos de sucateamento também escancaram sua fatura, agravadas à potência máxima com a Emenda Constitucional 95/2016. Tantos anos sem investimentos na saúde e na educação pública revelam-se nas estruturas precárias do SUS e das universidades, inclusive para que se possa cogitar universalizar o direito ao uso das tecnologias de informação e comunicação. Na UFMT, por exemplo, a Casa do Estudante oportuniza as condições apropriadas para os discentes que lá vivem? No ICHS, o Laboratório de Informática está inacessível aos/as estudantes há meses, por falta de equipamentos e recursos adequados para sua manutenção. Será diferente em outras unidades e campi? O próprio Instituto de Computação (IC) reconhece

que não dispõe de máquinas suficientes para disponibilizar aos/as estudantes. Paradoxal e lamentavelmente, ainda assim demanda "flexibilização". Argumentos? Nada além da perspectiva do produtivismo. Todos os demais aspectos do problema são ignorados...

6. AMEAÇAS À EDUCAÇÃO PÚBLICA, AO TRABALHO E CARREIRA DOCENTE

Conforme alertado pelo professor José Domingues Godoy Filho, a pressão pela flexibilização curricular não é um capricho da gestão da UFMT, apesar de seu empenho na rápida aprovação; trata-se de tentativa já presente antes da pandemia, cuja realização poderá ultrapassar o suposto caráter excepcional para instituir uma nova normalidade, já comum nos cursos privados em que se enxerta o EAD na formação presencial, reduzindo a contratação de professores/as, precarizando ainda mais as condições de trabalho docente e desmontando a carreira. Tais pressões por flexibilização estão atreladas à tentativa de comoditização da educação,

> para atender os interesses de grandes grupos educacionais mercantis com foco exclusivamente empresarial e no lucro". Segundo Godoy Filho: "A educação [está] se tornando "commodity". [...] Com tal ressignificação, a flexibilidade será aplicada crescentemente na estrutura física da universidade [...], na exploração do trabalho docente e nos currículos, que em muitos casos já estão defasados e distantes do que se espera de um profissional para os próximos anos. Uma discussão que não tem merecido discussão alguma por parte do CONSEPE e demais instâncias. Afinal, a preocupação do MEC e do capital é que sejam formados profissionais acríticos e adaptáveis aos seus interesses (GODOY FILHO, 2020).

Não podemos deixar de notar que a retórica do novo, da modernização e da flexibilização para instaurar a "liberdade de escolha" dos sujeitos e substituição de um suposto processo obsoleto, foi aplicada em todas as reformas neoliberais que retiraram direitos dos trabalhadores. Agora, a vemos reproduzida nos princípios norteadores da proposta de flexibilização curricular da UFMT.

Diante disso tudo, voltar às aulas representa... tornar-se igual àqueles que desprezam a vida e zombam da morte "dos outros". É criar a sensação de uma "ilha" de normalidade em meio à pandemia. É se assemelhar ao Presidente, empresários e outros que comungam sua "política de morte", e que elegem a economia como imprescindível e a perda de vidas como o "custo" inevitável da retomada das atividades econômicas. Alguns empresários chegam a cogitar quanto ao número de mortes toleráveis para o retorno à "normalidade". Lamentavelmente, professores/as e gestores/as absorveram essa lógica e, paralelamente, "naturalizam" que estudantes desprovidos/as de meios tecnológicos e condições materiais e psicológicas fiquem pelo caminho. Dolorosamente, o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) da UFAl aprovou o ensino remoto e, aos/as estudantes que não puderem acompanhar, sugere o cancelamento da matrícula. Na Minuta de Resolução do CONSEPE, em que pese o Considerando que reafirma "o compromisso social, econômica, política e cultural" da UFMT, em seu artigo 10 desobriga-se de qualquer responsabilidade ética e pública com seus/suas estudantes, oferecendo-lhes a garantia de que: "as atividades online estarão disponíveis para os/as discentes no AVA da disciplina/componente curricular, podendo ser acessadas e cursadas após o retorno das atividades presenciais". Seria irônico se não fosse trágico! Além disso, se as disciplinas não cursadas forem ofertadas novamente de forma presencial, não há motivos para tal flexibilização; se foram disponibilizados pelo acesso ao AVA, exigirá o acompanhamento do/a docente, o que significa trabalho dobrado, o que também torna supérfluo o calendário acadêmico paralelo. Por outro lado, se esses/as estudantes tiverem que estudar sozinhos/as a partir das vídeo-aulas e demais materiais disponibilizados no AVA, concomitante às disciplinas que precisam fazer no retorno do calendário 2020/1, ter-se-á uma violação da garantia de igualdade de oportunidades educacionais e de acesso, mesmo no período de excepcionalidade, conforme rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. Não podemos esquecer: a Universidade cumpre, socialmente, um papel pedagógico. E ensina, inclusive, pelo exemplo, pela intervenção orientada pela ciência e pela coerência em relação a seus princípios éticos. Desta maneira, dessa tragédia cotidiana, que a todos/todas alcança (embora em condições desiguais), precisamos sair mais firmes e comprometidos não apenas com a Universidade Pública, mas com os princípios e a ética que a conforma. Precisamos reafirmar no discurso, mas, principalmente na prática, nosso compromisso com a vida de TODOS/TODAS e com o direito à educação de qualidade de TODOS/TODAS. Retornemos quando for possível. Enquanto isso...

O QUE FAZER?

Recentemente as entidades sindicais e estudantil – ADUFMAT, SINTUF e DCE - apresentaram ao Reitor Evandro Silva a proposta de criação de um Plano Estratégico, de maneira a aproveitar esse período de isolamento social e suspensão das aulas. Conscientes com a responsabilidade social da UFMT, ao mesmo tempo em que reiteraram a necessidade manter a suspensão das atividades de ensino (graduação, pós-graduação e EaD), propuseram a construção de Plano Estratégico "de ações no âmbito da pesquisa e da extensão, com financiamento público de bolsas e demais despesas necessárias para o desenvolvimento de conhecimentos, tecnologias e técnicas focadas no enfrentamento e acompanhamento da pandemia, dentro das possibilidades das áreas de conhecimento". Para tanto, sugeriram a criação de um Comitê para a Coordenação e Acompanhamento das ações, assegurada a representação democrática de todas as unidades acadêmicas. Destacaram, ainda, que a adesão deve ser voluntária, de maneira a respeitar as condições psicológicas e estruturais de estudantes, professores/as e técnicos/as. Na mesma perspectiva, docentes dos cursos de Pedagogia e Psicologia da UFMT defenderam a oferta de Cursos Livres, com a emissão de Certificados, abordando temáticas relacionadas à pandemia (e suas implicações e desdobramentos), bem como de várias áreas de conhecimento e assuntos temáticos sugeridos pela comunidade acadêmica. Além do endosso a essas alternativas, entendemos que a UFMT, através de suas instâncias colegiadas, deve assumir posição determinada quanto à necessidade de revogação da Emenda Constitucional 95/2016 e da Contrarreforma Trabalhista que tem vulnerabilizado ainda mais

os/as trabalhadores/trabalhadoras em geral, com a precarização sistemática das políticas de proteção social, de trabalho e de garantias laborais mínimas. Afinal, o papel da UFMT transcende seus muros.

TODAS/TODOS SÃO IMPRESCINDÍVEIS!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AE. Brasil tem cerca de 38 milhões de analfabetos funcionais. Correio do Povo, Porto Alegre, 05 ago. 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/ensino/brasil-tem-cerca-de-38-milh%C3%B5es-de-analfabetos-funcionais-1.268788>. Acesso em: 17 maio 2020.
- ALONSO, Katia Morosov; CASAGRANDE, Ana Lara. Cultura Digital, Educação E Distância, Covid-19: tempos estranhos e imprecisos. Espaço Aberto ADUFMAT, Cuiabá, n. 68, 06 mai. 2020. Disponível: <http://www.adufmat.org.br/portal/index.php/deixe-um-comentario/item/4519-cultura-digital-educacao-e-distancia-covid-19-tempos-estranhos-e-imprecisos-katia-morosov-alonso-e-ana-lara-casagrande>. Acesso em: 17 maio 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 maio 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 maio 2020.
- BRASIL tem 2ª maior concentração de renda do mundo. G1, [S.I.], 09 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em: 17 maio 2020.

- COLEMARX. Em Defesa da Educação Pública comprometida com a igualdade social – Porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação; Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE; Faculdade de Educação – FE; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2020. Disponível em: < https://esquerdaonline.com.br/2020/04/30/faca-o-download-da-publicacao-do-colemarx-sobre-o-ensino-a-distancia-e-a-pandemia/>. Acesso em: 16 maio 2020.
- CAFARDO, Renata. Oito em cada dez professores não se sentem preparados para ensinar online. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 mai. 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,oito-em-cada-dez-professores-nao-se-sentem-preparados-para-ensinar-online,70003305049>. Acesso em: 16 maio 2020.
- CONSEPE. Minuta Resolução CONSEPE. UFMT, [2020]. (Documento enviado pela PROEG às unidades acadêmicas).
- CORONAVÍRUS e a "volta às aulas". Diplomatique, São Paulo, Ed. 153, 2020.
- DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA UFSC. Ensino Superior em Tempos de Pandemia: Aspectos a serem considerados no planejamento institucional da Universidade para garantir a qualidade da formação científica e profissional em nível superior no pais, Curso de Graduação em Psicologia- UFSC, Florianópolis, 15 abr.2020. Disponível em: <https://psicologia.ufsc.br/?p=2089>. Acesso em: 16 maio 2020.
- DESEMPREGO no país sobe para 12,2% e atinge 12,9 milhões de pessoas. UOL Economia, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e carreiras/noticias/redacao/2020/04/30/desemprego-pnad-continua-ibge.htm>. Acesso em: 16 maio 2020.
- FÉTIZON, Beatriz A. de M.; MINTO, César Augusto. (2007). Ensino à Distância: Equívocos, Legislação e Defesa da Formação Presencial. Revista Universidade e Sociedade, Brasília/DF: ANDES/SN, n. 39, p.93-106, 2007, Fevereiro..
- GARCIA, Diego. Desemprego aumentou em todas as regiões do Brasil com o avanço do coronavirus. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 mai. 2020. Disponível: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/desemprego-aumentou-em-12-estados-com-avanco-do-coronavirus.shtml >. Acesso em: 17 maio 2020.

- GODOY FILHO, Domingues. Golpe na Universidade: por que tanta pressa para "flexibilizar" as aulas presenciais? Espaço Aberto ADUFMAT, Cuiabá, n. 69, 07 mai. 2020. Disponível em: <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/noticias/item/4521-golpe-na-universidade-por-que-tanta-pressa-para-flexibilizar-as-aulas-presenciais-jose-domingues-de-godoi-filho>. Acesso em 15 maio 2020.
- LEHER, Roberto. Darwinismo social, epidemia e fim da quarentena: notas sobre os dilemas imediatos. Carta Maior, [S.I.], 29 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Darwinismo-social-epidemia-e-fim-da-quarentena-notas-sobre-os-dilemas-imediatos/4/46972>. Acesso em: 17 maio 2020.
- LIMA, Nísia Trindade de. O Brasil precisa de uma ciência forte. [Entrevista cedida a] Valquíria Daher. Brasília Capital, Brasília/DF, 14 mai. 2020. Disponível em: <https://www.bsbcapital.com.br/o-brasil-precisa-de-uma-ciencia-forte/>. Acesso em: 17 de maio 2020.
- MÉLLO, Ricardo Pimentel. Por que não devemos voltar às aulas presenciais ou remotas agora, NUCED-UFC, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://nuced.blogspot.com/>. Acesso em: 17 maio 2020.
- MENDES, Fabiana. Pesquisa aponta que 69% das famílias de alunos da UFMT ganham até 1,5 salário. Olhar Direto, Cuiabá, 15 mai.2019. Disponível: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=458128&noticia=pesquisa-aponta-que-69-das-familias-de-alunos-da-ufmt-ganham-ate-15-salario&edicao=1>. Acesso em: 15 maio 2020.
- NEVES, Maelison Silva. Educação em Tempos de Pandemia da COVID-19: A EAD é uma alternativa? Medium, [S.I.], 08 mai. 2020. Disponível em: <https://medium.com/fun%C3%A7%C3%B5es-e-sentidos-da-educa%C3%A7%C3%A3o-em-tempos-de/educa%C3%A7%C3%A3o-em-tempos-de-pandemia-da-covid-19-a-ead-%C3%A9-uma-alternativa-39f25c1628dc>. Acesso em: 16 maio 2020.
- NEVES, Maelison Silva; YATSUGAFU, Rubia H. N. C. O funcionamento do Depsi durante o isolamento social e frente à pandemia da Covid-19. Departamento de Psicologia/UFMT, Cuiabá, 14 mai. 2020. (Texto não publicado disponibilizado pelo autor).

- NEVES, Maelison Silva. O debate sobre o funcionamento da UFMT durante o isolamento social: uma posição crítica à proposta de flexibilização curricular. Medium, [S.I.], 14 mai. 2020. Disponível em: <https://medium.com/fun%C3%A7%C3%B5es-e-sentidos-da-educa%C3%A7%C3%A3o-em-tempos-de/o-debate-sobre-o-funcionamento-da-ufmt-durante-o-isolamento-social-uma-posi%C3%A7%C3%A3o-cr%C3%ADtica-%C3%A0-proposta-e84ca8f194cb>. Acesso em: 16 maio 2020.
- PROEG/UFMT. Flexibilização Educacional: O que é?. Cuiabá/MT, 2020. (Documento enviado pela PROEG às unidades acadêmicas)
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020.
- SOPRANA, Paula. Cerca de 70 milhões no Brasil têm acesso precário à internet na pandemia. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 mai. 2020. Disponível: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/cerca-de-70-milhoes-no-brasil-tem-acesso-precario-a-internet-na-pandemia.shtml >. Acesso em: 17 maio 2020.
- SOUZA, Majur. Alan Malouf recebeu R$ 1,800 milhão a mais por fornecimento de refeições. Repórter MT, Cuiabá, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.reportermt.com.br/geral/delator-embolsou-r-1-8-milhao-a-mais-por-fornecer-refeicoes-a-estudantes-da-ufmt/103431:>. Acesso em: 16 maio 2020.

GTPFS

GRUPO DE TRABALHO EM POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL